



DESTAQUES

- GOVERNO TRAVA QUEDA DE BRAÇO COM LIRA
- RISCO DE CADUCAR MPS DA REFORMA MINISTERIAL AUMENTA COBRANÇA NA BASE ALIADA DO GOVERNO
- NOVO DECRETO DE ARMAS PODERÁ SAIR NA PRÓXIMA SEMANA GOVERNO TRAVA QUEDA DE BRAÇO COM LIRA

CONGRESSO NACIONAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara registra novo recorde na enquete acerca do PDL 156/20, que prevê retoma a obrigação da indústria bélica instituir dispositivo de rastreamento e marcação em armas e munições com supervisão do exército. A proposição, de autoria do deputado Molon (PSB/RJ), contou com 98% de rejeição na enquete promovida pelo portal oficial da Casa Legislativa, o que representa 3.298 votos. Os votos favoráveis são 46. A proposta retoma a edição da Portaria n60/20, que estabelece os Dispositivos de Segurança, Identificação e Marcação de Armas de Fogo Fabricadas no País, Exportadas ou Importadas, de acordo com o previsto na Portaria 46/20, bem como a Portaria no 6120, que regula a marcação de embalagens e cartuchos de munição no território nacional, possibilitando seu rastreamento. A rastreabilidade de armas e munições, atualmente, foi objeto de análise pelo GT de armas, instruído no âmbito do Ministério da Justiça e de Segurança Pública.

A Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPMI) dos atos antidemocráticos se reuniu nessa terça-feira (30/5) para aprovação do plano de trabalho, apresentado pela relatora, senadora

Medida Provisória que alterou a estrutura administrativa da Esplanada foi aprovada na quarta-feira (31) na Câmara dos Deputados sob forte pressão da oposição. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) chegou a dar declarações criticando a articulação do governo, alegando que agora o Planalto “estará por conta própria”. A votação coloca em crise a base do governo, que deverá sofrer pressão ainda maior do centrão. O presidente Lula teve que entrar em campo para evitar um fiasco, que modicaria a estrutura e composição dos seus ministérios, o que agravaria a crise com a base de apoio do Planalto. Uma das estratégias foi a liberação de emendas aos parlamentares aliados e de partidos que compõem a oposição. A manobra, todavia, não agradou o presidente da Casa, Arthur Lira, que deve planejar uma ofensiva. Um dos temas que serão usados para pressionar o governo é a eventual derrota quanto ao decreto que disciplina o comércio e aquisição de armas e munições no País. Como há grande probabilidade de desagradar a base de Lira, uma proposição para sustar o eventual decreto seria uma forte demonstração de força da Câmara contra o Planalto e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, liderado por Flávio Dino. O parecer

Eliziane Gama (PSD/MA). Mais de 700 requerimentos foram apresentados para oitiva de depoentes, quebras de sigilos eletrônicos e fiscais, além de dados telemáticos e acesso a documentos e gravações acerca dos atos de vandalismo ocorridos em 8/1. A instalação da CPMI foi marcada por forte tensão entre a base governista e a oposição.

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados realizou nesta quarta-feira (31/5) o XV Seminário Nacional das Guardas Municipais e Segurança Pública.

O evento contou com representações de todo o Brasil e visam consolidar entendimento de que as guardas nacionais são componentes essenciais da segurança pública e devem gozar dos mesmos direitos e prerrogativas. A aquisição de armas e munições para a categoria foi tema de debate.

aprovado na Câmara, sob a relatoria do deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), promove uma série de mudanças nas pastas, alterando órgãos e funções. O Ministério do Meio Ambiente, de Marina Silva, foi um dos mais afetados.

SENADO FEDERAL

Diferente da Câmara dos Deputados, o Senado Federal aprovou com folga a MP de reestruturação dos ministérios. Foram 51 votos favoráveis à proposta, 19 contrários e uma abstenção. Na quarta 31, a Câmara aprovou a matéria com 337 votos a favor, 125 contra e uma abstenção. A votação ocorreu horas antes de a MP “caducar”, ou seja, perder os seus efeitos, o que aconteceria já na sexta 2.

MINISTÉRIOS E PLANALTO

Crescem os rumores de que o decreto que regulamenta a venda, aquisição e uso de armas e munições do presidente Lula deverá ser publicado no início da próxima semana. O texto chancelado pela Casa Civil traria forte restrição à comercialização, alterando normas visando maior restrição quanto ao número de armas e calibres. A redação desagradará a maior bancada congressista, que deve apresentar resposta imediata com proposições que sustariam a vigência da norma.

O texto também provocará nova ruptura e desgaste com a articulação do governo, em momento em que há forte instabilidade. Nesse sentido, uma investida de Lira representaria uma demonstração de força e coesão do centrão.